

Diário de Notícias

Europa quer que estados-membros compensem populações prejudicadas por espécies em risco

08 DE SETEMBRO DE 2017 ÀS 11:12

Lusa

PUB

O responsável pelo Capital Natural na Direção-Geral do Ambiente da Comissão Europeia (CE) defendeu hoje em Arouca que, quando a conservação de espécies ameaçadas prejudica as comunidades rurais, os governos devem compensá-las para garantir uma coexistência tranquila.

Humberto Delgado Rosa abordou o tema na Conferência EUROPARC 2017, que até domingo reúne em Arouca mais de 300 representantes de áreas protegidas da Europa e parques naturais do Brasil, e referiu como exemplo o caso do lobo ibérico, espécie ameaçada cujos esforços de conservação têm levado ao seu reaparecimento em certas regiões serranas.

"A maior parte das espécies protegidas não gera conflitos, mas algumas, quando se expandem, entram em choque com os produtores de gado, por exemplo - como é o caso de grandes predadores como os lobos", explica à Lusa o também ex-diretor europeu na área da Ação Climática.

"A solução para isto é a coexistência sem prejuízo para a sociedade humana ou então, quando existam esses prejuízos, que não sejam as comunidades rurais a suportá-los sozinhas e que, através dos nossos impostos e contributos, elas tenham a devida ajuda", defende.

Humberto Delgado Rosa realça que, nesse contexto, o recém-lançado Plano de Ação para a Natureza, Pessoas e a Economia é "um instrumento privilegiado para pôr no terreno, de forma mais efetiva e flexível", as diretivas da Rede Natura 2000 - ferramenta antiga "de que a União Europeia se deve orgulhar", mas que "estava carente de mais implementação".

Produzido pela Comissão Europeia para aumentar o índice de cumprimento dos objetivos europeus de biodiversidade até 2020, o novo Plano de Ação para a Natureza, Pessoas e Economia envolve agora entidades como "municípios, gestores de áreas protegidas e proprietários" e "vai precisamente ao encontro dos pontos difíceis que ainda há que resolver quanto à conservação da natureza".

Outra defensora de um maior envolvimento da sociedade civil nos esforços globais de conservação é Marina Silva, que também participou na Conferência EUROPARC 2017 enquanto ex-ministra brasileira do Ambiente no governo de Lula da Silva. Nesse cargo criou 25 milhões de hectares de novos parques nacionais no país e envolveu mais de 12 milhões de jovens em ações ambientais, pelo que em 2007 foi nomeada Embaixadora da Terra pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

"As áreas protegidas não são coisa apenas do poder público nem dos especialistas e profissionais que lidam com esses territórios", argumenta a ecologista brasileira. "Temos tendência para querer apartar-nos da natureza (?), mas é importante a proximidade à população local para conseguir que as unidades de conservação não sejam um corpo estranho à comunidade" - e isso independentemente da "tensão" que a eventual conjuntura económica possa motivar nas estratégias ambientais.

"Uma coisa que aprendi no Brasil é que, independentemente de estarmos a viver um momento de crise ou bonança na economia, a agenda ambiental deve ser uma prioridade permanente", avisa. "Não se pode deixar que a agenda do Ambiente tenha menos recursos financeiros ou humanos por causa disso", conclui.

Para mais detalhes consulte:

<http://www.dn.pt/lusa/interior/europa-quer-que-estados-membros-compensem-populacoes-prejudicadas-por-especies-em-risco-8756382.html>

Global Notícias - Media Group S.A.

Copyright © - Todos os direitos reservados